



TRABALHO DO MENOR: UM OLHAR DIFERENTE

** Monica Marcello*

**Nancy Kazumi Ishikawa*

***Lydia Akemy Onesti*

RESUMO

O presente artigo discute o trabalho do menor enquanto instância socializadora e base de aprendizagem profissional e emocional. Esta pesquisa foi realizada com os adolescentes que integram o projeto de estacionamento rotativo Zona Azul, executado pela Epesmel (Escola Profissional e Social do Menor de Londrina). Foram entrevistados 44 menores em seu local de trabalho, com o objetivo de conhecer seu cotidiano de trabalho e expectativas. Posteriormente, desenvolveram-se atividades em grupo para discutir temas a respeito do mercado de trabalho. Alguns dados apontam que, apesar das exigências e dificuldades que este trabalho apresenta, os adolescentes consideram que a profissionalização, além de gerar renda, desperta valores de vida pessoal e profissional. Este resultado é possível pelo fato de ser desenvolvido com o objetivo de contribuir para a socialização e o aprendizado do jovem. Além disso, valores pessoais voltados à solidariedade e sensibilidade para as necessidades de outros jovens em condição semelhante à sua, também são fortalecidos.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho de Menores; Expectativas; Socialização; Profissionalização.

ABSTRACT

Underage work: a different view - The present article discusses underage work as a socializing instance and base for professional and emotional learning. This investigation was conducted with the adolescents that participate in the rotating parking project called "Zona Azul", carried out under the supervision of "Epesmel" (Professional and Social School of the Underage in Londrina). Forty-four adolescents were interviewed in their workplaces, aiming at getting to know

* Psicóloga graduada pela UniFil.

** Docente do Curso de Psicologia da UniFil.

Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo - USP.

E-mail: lydiake@sercomtel.com.br



their daily work routine and expectations. After that, group activities were developed to discuss themes regarding the work market. Some figures show that, despite the demands and difficulties presented by this type of work, the adolescents consider that professionalization, besides generating gains, stimulates values in personal and professional life. This result is possible because the work is developed with the objective of contributing to the youth's socialization and learning. Furthermore, personal values, turned to solidarity and sensitivity to the needs of other youths in similar conditions as theirs, are strengthened.

KEY-WORDS: Underage Work; Expectations; Socialization; Becoming Professional.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, verifica-se que em todas as culturas as crianças compartilhavam com sua família a realização do trabalho, assim que tivessem idade suficiente para executar algumas tarefas. Na Idade Média, as crianças trabalhavam em conjunto com os adultos ou trabalhavam com as mulheres nas atividades domésticas. O trabalho do menor não era visto como um problema social e era praticado de forma igual ao trabalho dos adultos, dentro das capacidades próprias da idade.

Segundo Philippe ARIÈS (1981), o trabalho ocupava pouco tempo do dia e não possuía o valor existencial que atualmente lhe é atribuído em nossa sociedade. Além disso, os jogos e divertimentos estendiam-se por um tempo muito maior, se comparados aos períodos de lazer de que a sociedade moderna faz uso, e as crianças e jovens daquela época participavam juntamente com os adultos, estreitando os laços coletivos.

A partir do século XVIII, o trabalho infantil tornou-se independente do trabalho adulto e cresceu rapidamente com a descoberta do tear. Com a Revolução Industrial, as crianças trabalhavam nas máquinas a vapor, minas de carvão, moinhos e fábricas, com longas jornadas de trabalho, em condições precárias, impostas às crianças pobres. A partir de então, as crianças eram contratadas com um salário menor e em serviços mais perigosos que dos adultos. Isto mostra que, com a introdução do sistema fabril, o trabalho começou a trazer prejuízos sociais aos menores, tais como: analfabetismo, doenças, mutilações e empobrecimento familiar (GRUNSPUN, 2000).

No Brasil, as discussões sobre o trabalho infantil, especificamente, desencadearam-se com a abolição da escravatura. Com os escravos livres e sem



trabalho, as famílias não conseguiam sustentar seus filhos, que acabavam ficando abandonados, órfãos e até delinqüentes. A partir daí, as fábricas e oficinas começaram a recrutar estas crianças. As crianças e jovens provenientes das ondas migratórias européias também foram absorvidas pelo trabalho no campo e pelas indústrias. As denúncias de exploração destes aprendizes surgiram tanto pelos trabalhadores quanto pela imprensa.

Nos tempos atuais, conforme o mesmo autor descreve, a globalização da economia e o aumento da concorrência internacional fizeram com que grandes empresas utilizassem mão-de-obra ilegal e barata, explorando o trabalho do menor para baixar os custos e superar a concorrência. No Brasil, estima-se que 75 milhões de crianças entre 10 e 17 anos trabalham, mesmo a Constituição proibindo o trabalho antes dos 16 anos. Deste total, 3,3 milhões têm menos de 14 anos, sendo que 56% delas não são remuneradas, mas contribuem nas cotas de produção da família. Das crianças que são remuneradas, 88,8% ganham até um salário mínimo e têm uma carga horária média entre 15 a 20 horas semanais.

Segundo DIMENSTEIN (1998), *apud* GRUNSPUN (2000), esta mão de obra é usada para ajudar no sustento da família. Caracteriza-se por ser predominantemente masculina e ser empregada principalmente na agropecuária, seguida do comércio, da indústria e da prestação de serviços, sendo que esta última envolve, principalmente, ocupações domésticas, onde o predomínio é de meninas.

A pobreza e a miséria são apontadas como as principais causas do trabalho infantil. Por falta de outras opções para sobreviver, muitas das crianças precisam trabalhar para se sustentar e sustentar sua família (GRUNSPUN, 2000, p.22). A baixa qualidade da educação também é considerada um fator importante que acelera o ingresso da criança e do jovem no trabalho, pois não os prepara para a profissionalização e não facilita o acesso para ocupações rentáveis.

Segundo este mesmo autor, muitas crianças trabalham para poder frequentar uma escola e melhorar sua formação acadêmica, através da renda obtida pelo trabalho. A obrigatoriedade escolar deve, portanto, preceder qualquer restrição ao trabalho. O Estado pode ajudar a proteger o menor do trabalho abusivo, suprindo as condições econômicas da família e eximindo os menores da necessidade de sustentar a mesma.

A Constituição Brasileira garante ao adolescente o direito de se profissionalizar e ser protegido no trabalho, respeitando seu desenvolvimento físico-emocional e oferecendo uma capacitação adequada. Sobre isso, LIBERATI (2000, p.41) esclarece:



“Ao dispor sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, a CF determina, no art. 7º, XXXIII, a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.”

Considerando que o adolescente tem o direito de se profissionalizar, deve-se pensar em alternativas de trabalho que, além de proporcionarem uma renda financeira ao adolescente, possibilitem um desenvolvimento profissional, social e pessoal. Alguns autores trouxeram reflexões a respeito dos benefícios que o trabalho proporciona ao indivíduo, em especial à formação de sua identidade. CARMO (1992, p.15) afirma que o trabalho pode ser definido como toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza pela inteligência. O homem interage com a natureza objetivando retirar dela a sua subsistência. Na realização do trabalho (...), o homem se transforma, se autoproduz e, ao se relacionar com outros homens, na realização de atividades, estabelece a base das relações sociais. Este mesmo autor, baseando-se nos conceitos de Karl Max, afirma que o trabalho pode ser considerado um ato de liberdade, pois permite a projeção da consciência na sua idealização. No entanto, o trabalho torna-se alienante quando (...) é parcelarizado, rotinizado, despersonalizado e leva o homem a sentir-se alheio, distante ou estranho àquilo que produz.

Daí, o grande aumento da literatura que trata do sofrimento físico e psicológico do trabalhador, que vem se observando nas últimas décadas. Muitos estudos têm discutido a influência da introdução de recursos tecnológicos avançados que, progressivamente, vão tornando o conteúdo do trabalho cada vez mais esvaziado de sentido.

São os adultos que sofrem mais diretamente os impactos dos avanços tecnológicos e da reestruturação produtiva, visto que os menores só poderão vivenciar estas condições como aprendizes, legitimados por cursos de preparação para o trabalho adulto.

Porém, é enfatizado nesse artigo o trabalho realizado por menores que, embora tenham que cumprir ordens, seguir normas e regras e atender a uma rotina instituída, encontram possibilidades de socialização e interação com os usuários de seus serviços de forma mais pessoal e diferenciada. É um trabalho que permite certa liberdade e criatividade por parte de quem o executa, possibilitando-lhe a sensação de estar no controle da situação e de deter um poder, por mínimo que seja, mesmo que por um período breve.

O que se pretende ressaltar aqui é o resgate da identidade do trabalhador, que escapa dos processos de homogeneização implementados a partir



da organização racional do trabalho, proposto por Taylor, *apud* BRAVERMAN (1987). Certamente que isso é mais salutar ao desenvolvimento das potencialidades do trabalhador, caminhando em direção a um desenvolvimento mais gradativo.

OBJETIVOS

- Conhecer o cotidiano de trabalho dos adolescentes, observando a forma de execução da rotina de atividades, conflitos vivenciados e modos de resolução;
- identificar as suas expectativas em relação ao trabalho e à instituição, visto que sua permanência na mesma é temporária;
- desenvolver atividades em grupo para discutir temas associados ao mercado de trabalho, visando transmitir um panorama atual e as dificuldades relacionadas ao tema 'emprego'.

METODOLOGIA

Participantes:

Foram entrevistados 44 orientadores de trânsito em seu local de trabalho, todos do sexo masculino, com idades entre 16 e 18 anos, cursando o ensino médio.

Instituição

A coleta de dados foi realizada com a autorização da Epesmel (Escola Profissional e Social do Menor de Londrina), responsável pelo controle do estacionamento rotativo da cidade (Zona Azul). Esse sistema foi regulamentado pelo art. 24 do Código Nacional de Trânsito e vem sendo executado pela Epesmel desde 1981. Essa instituição desenvolve um projeto social com cerca de 220 adolescentes, de 16 a 18 anos, para o controle do estacionamento dos veículos, em regime de meio período, vinculando trabalho e educação formal, sendo esta uma das condições exigidas para que os adolescentes possam atuar como orientadores de trânsito. Todos são registrados, trabalham uniformizados e recebem comissão pela venda dos cartões. Eles permanecem nas ruas comerciais, fiscalizando o vencimento do período de permanência dos carros e vendendo cartões aos usuários.



Procedimento

Para a coleta de dados, foi realizada uma entrevista individual e semi-estruturada com uma amostra aleatória, abordando aspectos como: a descrição da rotina de trabalho, o significado do mesmo para o jovem e sua família, as expectativas tanto em relação ao trabalho como para a vida futura, entre outros temas.

As entrevistas foram desenvolvidas nas principais ruas, onde ocorre maior rotatividade dos veículos, tendo uma duração aproximada de 30 minutos cada. Embora o local não fosse apropriado para esta fase de coleta de dados, em função de muitos estímulos presentes aos quais o entrevistando devia estar atento, cremos que não prejudicou a fidedignidade dos dados. Esta forma de interação possibilitou a observação de detalhes que não foram citados na entrevista, mas que puderam ser questionados e descritos por eles.

Um outro ganho obtido por essa forma de interação foi a maior proximidade e acessibilidade entre ambas as partes, decorrentes da igualdade de condições entre as pesquisadoras e os menores entrevistados. Uma interação sem qualquer tipo de hierarquia e havendo respeito ao anonimato, certamente interfere positivamente no grau e na qualidade das informações obtidas.

Após a coleta dos dados, foi efetuada a compilação e análise dos mesmos, podendo-se com isso visualizar as necessidades ou deficiências presentes naquele tipo de trabalho, as quais foram comunicadas ao responsável de maneira informal.

Além disso, desenvolveu-se um trabalho em grupo que discutiu, semanalmente, temas ligados à preparação do jovem para o mercado de trabalho. As atividades priorizaram o auto-conhecimento, o fortalecimento das habilidades pessoais e a definição de estratégias para a inserção e manutenção do indivíduo na atividade profissional, de acordo com as exigências atuais das empresas.

RESULTADOS

Após a compilação dos dados das entrevistas, os mesmos foram analisados de forma qualitativa em categorias específicas, que permitiram apreender os aspectos psicossociais envolvidos no trabalho.

Quanto ao cotidiano de trabalho, pode-se constatar que as condições não são consideradas adequadas, pois é executado a céu aberto, exposto às intempéries, como sol forte e chuva. O trabalho em dias de chuva é prejudicado, pois o uso de guarda-chuvas atrapalha as atividades. Além disso, deve-se destacar o prejuízo à saúde dos menores devido à friagem e pés molhados durante a sua



jornada de trabalho. Constatou-se a inexistência de um posto de apoio que lhes assegure o atendimento de suas necessidades básicas, criando, portanto, a dependência da colaboração de outrem. Muitos comerciantes demonstram solidariedade, oferecendo abrigo, água e o uso de banheiros, sempre que necessário. Mas foi informado que a melhoria destas condições de trabalho já está sendo estudada e implantada gradualmente.

O relacionamento diário com os usuários pode, na percepção dos adolescentes, propiciar oportunidades de trabalho após cumprirem seu tempo de permanência na Zona Azul. Eles valorizam esses contatos sociais que lhes permitem uma base de aprendizado, a saber, solução de conflitos, respeito às pessoas e às normas, capacidade de argumentação, tomada de decisão e fluência verbal.

Quanto às expectativas, verifica-se que a principal refere-se ao pagamento do salário em dia, por constituir-se numa fonte de auxílio na renda familiar, razão porque há uma grande valorização desse projeto pelas famílias. Constatou-se também que as expectativas referentes ao crescimento profissional na instituição são bastante reduzidas em função da clareza sobre o período fixo de permanência na instituição, o que predispõe a um baixo envolvimento.

Reconhecem ainda que parte da renda obtida através do seu trabalho é revertida para a assistência a outros jovens que participam dos demais projetos mantidos pela Epesmel. Essa condição favorece o sentimento de alteridade, atualmente rebaixado em função da excessiva competitividade e individualismo, aspectos estes que promovem a exclusão social (GUARESCHI, 1999).

Sobre os resultados do grupo, os participantes relataram que percebem a importância de uma boa formação profissional para se ter sucesso no mercado de trabalho. Destacaram a necessidade de fazer cursos de profissionalização, manter-se atualizados e de adquirir experiência profissional. Além disso, concluíram que as habilidades pessoais são tão importantes quanto a formação técnica. As principais habilidades apontadas foram a assertividade, trabalho em equipe e postura profissional.

DISCUSSÃO

A partir dos dados levantados, foi verificado que as principais razões que mantêm os adolescentes no trabalho são a renda, que auxilia a família, e a perspectiva de independência pessoal e financeira obtida através do trabalho. Conforme esclarece DIMENSTEIN (1998) *apud* GRUNSPUN (2000), a mão de obra jovem é usada como ajuda no sustento familiar. Para CARMO (1992), nas comunidades de baixa renda, um jovem que trabalha é motivo de orgulho para os



pais, até porque há uma crença de que as pessoas que começam a trabalhar precocemente têm mais chances de ser bem sucedidas. COLBARI (1995) aponta o valor que foi atribuído ao trabalho em contraposição à ociosidade. Neste sentido, a família e a religião sustentaram o valor do homem que trabalha, atribuindo-se uma avaliação negativa àqueles que estavam desempregados.

Analisando o histórico do trabalho do menor, observou-se nesta pesquisa que o trabalho possui um valor bastante diferenciado, se comparado como alguns estudos que caracterizam o trabalho juvenil como exploratório. Estes jovens apontam que, apesar das dificuldades encontradas na condução do seu trabalho, este lhes proporciona uma base de aprendizagem e uma maturidade emocional, o que os torna menos vulneráveis aos assédios existentes atualmente, e que poderiam prejudicar o desenvolvimento pleno dos jovens, tais como envolvimento com drogas e atos infracionários.

A pesquisa mostrou que o trabalho estimula o jovem a estudar, pois, além de ser uma exigência para o cumprimento da função, o estudo permite um melhor desempenho no trabalho e aumenta as chances de uma ascensão profissional. Outro aspecto importante nesta população é que o trabalho oferece condições financeiras para que o adolescente permaneça no ensino regular e invista em cursos profissionalizantes e de aperfeiçoamento – computação, inglês, serviços administrativos e outros, tendo em vista o grande número de famílias que se encontram em má situação econômica.

Parece que o contato dos jovens com a prática profissional tem maior chance de sensibilizá-los para a necessidade do estudo e de outros aprimoramentos do que somente o ensino regular poderia oportunizar. Isto porque o projeto de integração ao trabalho através da educação não se sustenta no mundo contemporâneo do trabalho. Afirma GENTILI *apud* FRIGOTTO *et al.* (1998) que atualmente educam-se as pessoas para o desemprego. Nesta empreitada, o ambiente familiar poderia estimulá-las a esta busca. Isto provavelmente ocorre pelo fato de, segundo GRUNSPUN (2000), a qualidade do ensino brasileiro não preparar adequadamente o jovem para a profissionalização e nem agilizar o acesso a ocupações rentáveis.

Na população pesquisada, o trabalho adquiriu um caráter socializador, ao proporcionar ao adolescente um maior convívio social, mais acesso a novas idéias e a inclusão em um novo grupo social: orientadores de trânsito. As exigências da função e o contato constante com a equipe de trabalho fazem com que o jovem adquira e amplie repertórios de habilidades sociais necessários para a execução do trabalho e para a convivência em grupo. Conforme afirma CARMO (1992), na realização do trabalho o indivíduo pode produzir, transformar e estabelecer a base das relações sociais ao se relacionar com outras pessoas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do caráter temporário, é importante destacar a contribuição dessa ocupação à vida pessoal, bem como para a sociedade, uma vez que desperta o jovem para os valores e ideais de vida pessoal e profissional. Além disso, esse projeto tem diminuído as chances de envolvimento desses jovens com drogas, atos infracionais e outras condutas prejudiciais ao seu desenvolvimento pleno, auxiliando-os a modelar seus ambientes futuros de forma positiva, para que os experienciem saudavelmente (RUTTER, 1987; ONESTI, 1993). Estes resultados tornam-se possíveis, pelo fato das vivências serem desenvolvidas com o objetivo de contribuir para a socialização e o aprendizado do jovem. Além disso, valores pessoais, voltados à solidariedade e sensibilidade para as necessidades de outros jovens em condição semelhante à sua, são fortalecidos. Assim, o princípio da alteridade se torna visível dentro desse programa, conferindo-lhe assim um caráter de relevância social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- CARMO, P. S. **A ideologia do trabalho**. 9.ed. São Paulo: Moderna, 1992.
- COLBARI, A. L. **A ética do trabalho**. 2.ed. São Paulo. Letras & Letras, 1995.
- GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. *In*: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GRUNSPUN, H. **O trabalho das crianças e dos adolescentes**. São Paulo: LTR, 2000.
- GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. *In*: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LIBERATI, W. D. **Comentário ao estatuto da criança e do adolescente**. 5.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- ONESTI, L. A. **Resistência psicológica e condições de vida em mulheres de baixa renda**. 1993. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo - USP.
- RUTTER, M. Psychosocial resilience and protective mechanisms. *In*: **America Journal of Orthopsychiatry**, v.57, n.3, p. 316-31, 1987.